

TENTATIVA DE UNIFORMIZAÇÃO DO CATÁLOGO IDEOGRÁFICO
DO INSTITUTO JURÍDICO DE COIMBRA, NO QUE RESPEITA A
DIREITO CIVIL

Está dito e redito que qualquer biblioteca que deseje ser alguma coisa mais do que uma simples «coleção de livros ou museu de sabedoria» precisa de dispor de pessoal técnico preparado profissionalmente, apto a cumprir com eficiência a sua missão.

Mas na biblioteca de que vou falar — o Instituto Jurídico da Faculdade de Direito de Coimbra — por se tratar duma biblioteca universitária especializada e o seu bibliotecário ou conservador não ser licenciado em Direito, ao mesmo bibliotecário competirá, na classificação das espécies entradas e na elaboração do catálogo ideográfico, como missão principal, a coordenação entre o serviço técnico propriamente dito e a colaboração prestada pelos Professores e Assistentes.

Porque este catálogo é considerado do maior interesse para uma biblioteca deste tipo, onde aparecem tantos investigadores que apenas sabem o assunto que lhes interessa estudar, ignorando por completo toda e qualquer bibliografia existente, era forçoso olhar com o maior cuidado a elaboração do referido catálogo. E aqui é que, efectivamente, a colaboração de membros do corpo docente foi e continuará a ser preciosa.

Como se sabe, fazer um catálogo deste género nem sempre é fácil e tem o seu quê de subjectivismo. Foi precisamente para evitar estas dificuldades, em parte, e para facilitar a vida aos investigadores que se elaborou, há já alguns anos, a sistematização que está a ser utilizada, no que respeita ao Direito Civil, assim como a respectiva lista dos encabeçamentos.

Todo o mérito desta sistematização se deve ao Doutor Francisco Pereira Coelho e Dr. Rui de Alarcão. Foi sobretudo com este último que mais vezes troquei impressões sobre a necessidade e as vantagens de haver um catálogo ideográfico à altura, pois só dessa forma se evitariam grandes perdas de tempo nas buscas que com tanta frequência se têm de fazer. Porque ele próprio sentiu essas dificuldades, não lhe foi difícil aceitar com entusiasmo a ideia por que eu me vinha debatendo há muitos anos.

Publica-se agora a sistematização respeitante ao Direito Civil e espera-se que em breve se publiquem as relativas ao Direito e Processo Penal, assim como a de Direito Constitucional.

Dar-me-ei por satisfeito se de algum modo esta publicação vier a facilitar a vida dos colegas que trabalham em bibliotecas que possuem no seu recheio bibliográfico obras de Direito Civil, como também se este exemplo servir de estímulo a que colaboração idêntica seja prestada por Professores noutras bibliotecas especializadas.

MÁRIO FARIA

Instituto Jurídico da Faculdade de Direito de Coimbra

PARTE GERAL

(Relação Jurídica. Direito Subjectivo)

A. PRELIMINARES

Direito civil	Direitos pessoais
Código Civil	Direitos patrimoniais
Relação jurídica	Direitos absolutos
Direito subjectivo	Direitos relativos
Direito potestativo	Aquisição de direitos
Faculdades jurídicas	Modificação de direitos
Expectativa jurídica	Extinção de direitos
Dever jurídico	Aparência de direito
Ónus jurídico	Boa fé
Direitos privados	Má fé

B. SUJEITOS DE DIREITO

Personalidade jurídica	Terceiros
Capacidade jurídica	

I. PESSOAS SINGULARES

Pessoas singulares	Tutela
Nascituros (1)	Curatela
Direitos de personalidade	Incapacidade dos menores
Corpo humano	Emancipação
Cadáver	Incapacidade por anomalia psíquica
Direito à imagem	Incapacidade dos surdos-mudos
Direito à reserva sobre a intimidade	Incapacidade dos cegos
Escritos confidenciais	Incapacidade dos pródigos
Direito ao nome	Incapacidade natural
Pseudónimo	Incapacidade acidental
Direito ao uso de títulos	Estado civil
Incapacidade	Domicílio
Interdições	Residência
Inabilitações	Ausência

II. PESSOAS COLECTIVAS

Pessoas colectivas	Fundações
Associações	

(1) Incluindo os chamados concepturos

III. ASSOCIAÇÕES E OUTRAS ENTIDADES NÃO PERSONALIZADAS

Entes não personalizados
Associações não reconhecidas

Comissões especiais

C. OBJECTO DE DIREITOS

Objecto de direitos	Coisas públicas
Património	<i>Res nullius</i>
Património autónomo	<i>Res derelictae</i>
Património colectivo	Pertenças
Coisas	Frutos
Coisas móveis	Benfeitorias
Coisas imóveis	Universalidades
Coisas no comércio e fora do comércio	

D. FACTO JURÍDICO, EM ESPECIAL NEGÓCIO JURÍDICO

a. Facto Jurídico

Facto jurídico

b. Negócio Jurídico

Negócio jurídico	Relações contratuais de facto
Autonomia privada	Eficácia do negócio
Contrato forçoso	

I. ESPÉCIES DE NEGÓCIO

Negócios jurídicos: espécies	Negócios fiduciários
Contratos	Negócios reais
Negócios unilaterais	União de negócios
Negócios pessoais	Negócios mistos
Negócios patrimoniais	Negócios modificativos
Negócios onerosos	Negócios abolitivos
Negócios gratuitos	Renúncia
Negócios aleatórios	Negócios declaratórios
Negócios parciários	Contrato-tipo
Negócios <i>inter vivos</i>	Contrato de adesão
Negócios <i>mortis causa</i>	Cessão de contrato
Mera administração	Subcontrato
Negócios de disposição	Contrato a favor de terceiro
Alienação	Contrato de execução continuada ou periódica
Negócios típicos	Negócios <i>per relationem</i>
Negócios atípicos	Autorização
Negócios abstractos	Atribuição patrimonial
Negócios indirectos	

II. FORMAÇÃO DO NEGÓCIO

Formação do negócio

Formação do contrato

III. LEGITIMIDADE NEGOCIAL. DISPONIBILIDADE

Legitimidade negocial

Falência

Disponibilidade

Insolvência civil

IV. DECLARAÇÃO NEGOCIAL

1. Generalidades

Declaração negocial

Declaração não-receptícia

Declaração expressa

Declaração de protesto ou reserva

Declaração tácita

Silêncio

Declaração receptícia

2. Forma

Formalismo negocial

Forma voluntária

3. Falta e vícios da vontade

Falta e vícios da vontade

Dissenso

Simulação

Coacção

Reserva mental

Dolo (vício da vontade)

Declarações não sérias

Negócios usurários⁽¹⁾

Erro

Vícios redibitórios

4. Representação e figuras afins

Representação

Abuso de representação

Representação legal

Núncio

Representação voluntária

Contrato para pessoa a nomear

Procuração

Negócio consigo mesmo

Representação sem poderes

5. Interpretação e integração do negócio

Interpretação do negócio

Integração do negócio

6. Objecto negocial

Objecto negocial

Fraude à lei

Negócios ilícitos

Causa do negócio

Negócios contra a ordem pública

Motivo do negócio

Negócio contra os bons costumes

(¹) Incluindo negócios concluídos em estado de necessidade.

7. **Cláusulas acessórias**

Cláusulas acessórias	Modo
Condição	Base negocial (1)
Termo	

8. **Ineficácia negocial**

Inexistência do negócio	Caducidade do negócio
Invalidez do negócio	Ratificação do negócio
Renovação do negócio	Inoponibilidade do negócio
Confirmação do negócio	Redução do negócio
Ineficácia do negócio	Conversão do negócio
Revogação do negócio	Irregularidade do negócio
Resolução do negócio (2)	

c. **Acto Jurídico não negocial**

Acto jurídico

d. **Tempo**

Tempo	Prescrição extintiva
Prazos	Caducidade

E. **EXERCÍCIO E TUTELA DOS DIREITOS**

Abuso do direito	Presunções
Colisão de direitos	Confissão
Acção directa	Juramento
Legítima defesa (direito civil)	Prova documental
Estado de necessidade (direito civil) (3)	Documento
Consentimento do lesado	Prova pericial
Provas	Prova por inspecção
Ónus da prova	Prova testemunhal
Prova por apresentação de coisas	

PARTE ESPECIAL

A. **DIREITO DAS OBRIGAÇÕES**

Direito das obrigações	Prestação
Obrigações	

I. **MODALIDADES DAS OBRIGAÇÕES**

Obrigações: modalidades	Promessa ao público
Obrigações naturais	Obrigações reais
Obrigações de sujeito indeterminado	Ónus reais

(1) Incluindo a alteração das circunstâncias como causa de resolução ou de modificação dos contratos.

(2) Incluindo a chamada condição resolutiva tácita.

(3) Não se tem aqui em vista a figura dos negócios concluídos em estado de necessidade. Tal figura integra-se na rubrica Negócios usurários.

Obrigações plurais	Contrato-promessa
Obrigações solidárias	Promessa unilateral
Obrigações indivisíveis	Promessa de facto de outrem
Obrigações cumulativas	Pacto de preferência
Obrigações genéricas	Promessa de compra e venda
Obrigações alternativas	Sinal
Obrigações facultativas	Obrigações de informação
Obrigações pecuniárias	Obrigações de apresentação de coisas ou documentos
Obrigações valutárias	Obrigações de meios e de resultado
Desvalorização da moeda	Obrigações negativas
Obrigações ilíquidas	Dever de custódia
Juros	

II. FONTES DAS OBRIGAÇÕES

Obrigações: fontes	Responsabilidade por facto lícito
Gestão de negócios	Responsabilidade civil por facto de outrem
Enriquecimento sem causa	Danos causados por edifícios ou outras obras
Títulos de crédito	Danos causados por animais
Responsabilidade civil	Danos causados por instalações de energia ou gás
Responsabilidade civil conexa com a criminal	Responsabilidade profissional
Responsabilidade contratual	Doenças profissionais
Responsabilidade extracontratual	Responsabilidade civil do Estado
Responsabilidade pré-negocial	Responsabilidade civil de entes públicos
Facto constitutivo de responsabilidade	Responsabilidade civil por acidentes de viação
Facto ilícito	Responsabilidade civil por acidentes de trabalho
Acto ilícito	Indemnização de perdas e danos
Imputabilidade (direito civil)	Culpa do lesado
Culpa (direito civil)	<i>Compensatio lucri cum damno</i>
Causalidade (direito civil)	Cláusulas sobre a responsabilidade civil
Dano	Cláusula penal
Dano moral	
Responsabilidade objectiva	

III. CUMPRIMENTO

Cumprimento	Interpelação
Imputação do cumprimento	Lugar da prestação
Tempo da prestação	

IV. NÃO-CUMPRIMENTO

Não-cumprimento	Caso fortuito
Direito de retenção	Caso de força maior
Excepção de não-cumprimento	<i>Commodum subrogationis</i>
Impossibilidade do cumprimento	Risco nas obrigações
Mora do devedor	Impossibilidade temporária
Cumprimento imperfeito	Mora do credor

V. TRANSMISSÃO DO CRÉDITO OU DA DÍVIDA E FIGURAS AFINS

Transmissão de créditos	Assunção de dívida
Transmissão de dívidas	Expromissão
Cessão de créditos	Delegação
Sub-rogação	

VI. EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES

Extinção das obrigações	Novação
Dação em cumprimento	Remissão
Consignação em depósito	Confusão
Compensação	Desaparecimento do interesse do credor

VII. GARANTIAS

Garantia das obrigações	Hipoteca legal
Acção pauliana	Penhor
Acção sub-rogatória	Privilégios creditórios
Arresto	Consignação de rendimentos
Garantias especiais das obrigações	Adjudicação de rendimentos
Pacto comissório	Cessão de bens aos credores
Caução	Execução (regime civil)
Fiança	Penhora
Abonação	Venda executiva
Hipoteca	Execução específica

VIII. CONTRATOS EM ESPECIAL

Contratos em especial	Aluguer
Compra e venda	Parceria pecuária
Venda de coisa futura	Empréstimo
Venda de coisa alheia	Comodato
Venda a retro	Mútuo
Venda com reserva de propriedade	Contrato de prestação de serviço
Venda a prestações	Hospedagem
Evicção	Contrato de trabalho
Contrato de consignação	Contrato de mediação
Troca	Sociedades civis
Doação	Mandato
Locação	Mandato sem representação
Arrendamento	Depósito
Arrendamento para habitação	Empreitada
Arrendamento para comércio ou indústria	Contrato de transporte
Arrendamento para profissões liberais	Contrato de fornecimento
Arrendamento rural	Renda perpétua
Contrato de colónia	Renda vitalícia
Despejo	Jogo
Renda (arrendamento)	Aposta
Cessão do arrendamento	Transacção
Sublocação	Contrato desportivo

B. DIREITOS REAIS

I. INTRODUÇÃO

Direito real	Direito de preferência
Direitos reais	Sub-rogação real
Direitos reais de garantia	

II. POSSE

Usucapião	Posse
-----------	-------

III. DIREITO DE PROPRIEDADE

Direito de propriedade	Acessão
Propriedade de imóveis	Expropriações
Fracionamento da propriedade rústica	Inalienabilidade
Emparcelamento	Propriedade resolúvel
Reivindicação	Propriedade horizontal
Ocupação	Compropriedade
Caça	Águas
Pesca	Minas

IV. DIREITOS REAIS LIMITADOS

Direitos reais limitados	Servidão de escoamento
Direito de superfície	Usufruto
Servidões	Uso e habitação
Servidão de passagem	Enfiteuse
Servidão de presa	Censo
Servidão de aqueduto	

C. DIREITO DA FAMÍLIA

I. INTRODUÇÃO

Direito da família	Afinidade
Família	Adopção
Mulher	Alimentos
Direitos de família	Concubinato
Parentesco	

II. DIREITO MATRIMONIAL

Promessa de casamento	Invalidade do casamento
Casamento	Casamento putativo
Impedimentos matrimoniais	Casamento católico
Bigamia	Casamento: efeitos pessoais
Consentimento no casamento	Adulterio
Formalidades do casamento	Casamento: efeitos patrimoniais
Casamentos urgentes	Administração dos bens dos cônjuges
Inexistência do casamento	Incapacidades conjugais

Dívidas dos cônjuges	Doações dos esposados a terceiros
Regime de bens do casamento	Doações entre cônjuges
Comunhão geral de bens	Vendas entre cônjuges
Comunhão de adquiridos	Sociedades entre cônjuges
Regime da separação	Simple separação de bens
Regime dotal	Separação de pessoas e bens
Convenções antenupciais	Divórcio
Segundas núpcias	Casamento — direito internacional
Doações para casamento	

III. DIREITO DA FILIAÇÃO

Poder paternal	Legitimação
Filiação	Perfilhação
Filiação legítima	Investigação de paternidade
Filiação ilegítima	Investigação de maternidade

D. DIREITO DAS SUCESSÕES

I. PARTE GERAL

Sucessões	Aceitação a benefício de inventário
Sucessão <i>mortis causa</i>	Repúdio da herança
Herança	Encargos da herança
Morte	Administração da herança
Abertura da sucessão	Petição da herança
Designação sucessória	Alienação da herança
Vocação e devolução sucessórias	Liquidação da herança
Capacidade sucessória	Partilha da herança
Direito de representação	Inventário
Aquisição sucessória	Herança jacente
Aceitação da herança	Herança vaga

II. SUCESSÃO LEGITIMÁRIA

Sucessão legitimária	Imputação de liberalidades
Legítima	Inoficiosidade
Legado em lugar da legítima	Deserdação
Colação	

III. SUCESSÃO LEGÍTIMA

Sucessão legítima	Sucessão do cônjuge sobrevivente
Sucessão dos descendentes	Sucessão dos colaterais
Sucessão dos ascendentes	Sucessão do Estado
Sucessão dos irmãos e sobrinhos	

IV. SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA

Testamento	Legados pios
Capacidade testamentária	Substituição vulgar
Indisponibilidade testamentária	Substituição pupilar
Testamento: falta e vícios da vontade	Substituição quase pupilar
Forma do testamento	Fideicomisso
Interpretação do testamento	Direito de acrescer
Testamento: cláusulas acessórias	Ineficácia do testamento ⁽¹⁾
Legado	Testamentaria
Legado de coisa alheia	

V. SUCESSÃO CONTRATUAL

Pactos sucessórios

APÊNDICE

A. PROPRIEDADE INTELECTUAL

Propriedade intelectual	Recompensas
Propriedade literária, científica e artística	Denominação de origem
Contrato de edição	Patente de invenção
Propriedade industrial	Modelo de utilidade
Firma	Modelo industrial
Nome e insígnia	Desenho industrial
Marcas	

B. REGISTOS E NOTARIADO

Publicidade	Actos do registo predial
Registo civil	Código do Registo predial
Actos do registo civil	Notariado
Código do Registo Civil	Actos notariais
Registo predial	Código do Notariado

⁽¹⁾ Máximo, invalidade, revogação e caducidade do testamento.

ÍNDICE

- Abertura da sucessão, p. 130
Abonação, p. 128
Abuso do direito, p. 126
Abuso da representação, p. 125
Acção directa, p. 126
Acção pauliana, p. 128
Acção sub-rogatória, p. 128
Aceitação a benefício de inventário, p. 130
Aceitação da herança, p. 130
Acessão, p. 129
Acto ilícito, p. 127
Acto jurídico, p. 126
Actos notariais, p. 131
Actos do registo civil, p. 131
Actos do registo predial, p. 131
Adjudicação de rendimentos, p. 128
Administração dos bens dos cônjuges, p. 129
Administração da herança, p. 130
Adopção, p. 129
Adultério, p. 129
Afinidade, p. 129
Águas, p. 129
Alienação, p. 124
Alienação da herança, p. 130
Alimentos, p. 129
Aluguer, p. 128
Anulabilidade. — Vid. Invalidez negocial
Aparência de direito, p. 123
Aposta, p. 128
Aposta. — Vid. também jogo e aposta
Aquisição de direitos, p. 123
Aquisição sucessória, p. 130
Arrendamento, p. 128
Arrendamento para comércio ou indústria, p. 128
Arrendamento para habitação, p. 128
Arrendamento para profissões liberais, p. 128
Arrendamento rural, p. 128
Arresto, p. 128
Associações, p. 123
Associações não reconhecidas, p. 124
Assunção de dívida, p. 128
Atribuição patrimonial, p. 124
Ausência, p. 123
Autonomia privada, p. 124
Autorização, p. 124
Base negocial⁽¹⁾, p. 126
Base negocial. — Vid. também Pressuposição
Benfeitorias, p. 124
Bigamia, p. 129
Boa fé, p. 123
Bons costumes. — Vid. Negócios contra os bons costumes
Caça, p. 129
Cadáver, p. 123
Caducidade, p. 126
Caducidade. — Vid. também Ineficácia negocial
Caducidade do negócio, p. 126
Caducidade do testamento. — Vid. Ineficácia do testamento
Capacidade jurídica, p. 123
Capacidade sucessória, p. 130
Capacidade testamentária, p. 131
Casamento, p. 129
Casamento católico, p. 129
Casamento — direito internacional, p. 120
Casamento: efeitos patrimoniais, p. 129
Casamento: efeitos pessoais, p. 129
Casamento putativo, p. 129
Casamentos urgentes, p. 129
Caso de força maior, p. 127
Caso fortuito, p. 127
Caução, p. 128

(1) V. Negócios usurários

- Causa do negócio, p. 125
 Causalidade (direito civil), p. 127
 Censo, p. 129
 Cessão de arrendamento, p. 128
 Cessão de bens aos credores, p. 128
 Cessão de contrato, p. 124
 Cessão de créditos, p. 128
 Cláusula penal, p. 127
 Cláusula *reous sic stantibus*. — Vid. Pressuposição.
 Cláusulas acessórias, p. 126
 Cláusulas sobre a responsabilidade civil, p. 127
 Coacção, p. 125
 Código Civil, p. 123
 Código do Notariado, p. 131
 Código do Registo Civil, p. 131
 Código do Registo Predial, p. 131
 Coisas, p. 124
 Coisas no comércio e fora do comércio, p. 124
 Coisas imóveis, p. 124
 Coisas móveis, p. 124
 Coisas públicas, p. 124
 Colação, p. 130
 Colisão de direitos, p. 136
 Comissões especiais, p. 124
 «Commodum subrogationis», p. 127
 Comodato, p. 128
 Compensação, p. 128
 «Compensatio lucrí cum damno», p. 127
 Compra e venda, p. 128
 Compropriedade, p. 129
 Comunhão de adquiridos, p. 130
 Comunhão geral de bens, p. 130
 Concepturos. — Vid. Nascituros e concepturos
 Concubinato, p. 129
 Condição, p. 126
 Confirmação do negócio, p. 126
 Confissão, p. 126
 Confusão, p. 128
 Consentimento no casamento, p. 129
 Consentimento do lesado, p. 126
 Consignação em depósito, p. 128
 Consignação de rendimentos, p. 128
 Contrato de adesão, p. 124
 Contrato de colonia, p. 128
 Contrato de consignação, p. 128
 Contrato desportivo, p. 128
 Contrato de edição, p. 131
 Contrato de execução continuada ou periódica, p. 124
 Contrato a favor de terceiro, p. 124
 Contrato forçoso, p. 124
 Contrato de fornecimento, p. 128
 Contrato de mediação, p. 128
 Contrato para pessoa a nomear, p. 125
 Contrato de prestação de serviço, p. 128
 Contrato-promessa, p. 127
 Contrato-tipo, p. 124
 Contrato de trabalho, p. 128
 Contrato de transporte, p. 130
 Contratos, p. 124
 Contratos em especial, p. 128
 Convenções antenupciais, p. 130
 Conversão do negócio, p. 126
 Corpo humano, p. 123
 Culpa (direito civil), p. 127
 Culpa do lesado, p. 127
 Cumprimento, p. 127
 Cumprimento imperfeito, p. 127
 Curatela, p. 123
 Dação em cumprimento, p. 128
 Dano, p. 127
 Dano moral, p. 127
 Danos causados por animais, p. 127
 Danos causados por edifícios ou outras obras, p. 127
 Danos causados por instalações de energia ou gás, p. 127
 Declaração expressa, p. 125
 Declaração não-receptícia, p. 125
 Declaração negocial, p. 125
 Declaração de protesto ou reserva, p. 125
 Declaração receptícia, p. 125
 Declaração tácita, p. 125
 Declarações não sérias, p. 125
 Delegação, p. 128
 Denominação de origem, p. 131
 Depósito, p. 128
 Desaparecimento do interesse do credor, p. 128
 Desenho industrial, p. 131
 Deserdação, p. 130
 Designação sucessória, p. 130
 Despejo, p. 128
 Desvalorização da moeda, p. 127

- Dever de custódia, p. 127
 Dever jurídico, p. 123
 Devolução sucessória. — Vid. *Vocação e devolução sucessórias*
 Direito de crescer, p. 131
 Direito civil, p. 123
 Direito da família, p. 129
 Direito à imagem, p. 123
 Direito ao nome, p. 123
 Direito das obrigações, p. 126
 Direito potestativo, p. 123
 Direito de preferência, p. 129
 Direito de propriedade, p. 129
 Direito real, p. 129
 Direito de representação, p. 130
 Direito à reserva sobre a intimidade, p. 123
 Direito de retenção, p. 127
 Direito subjectivo, p. 123
 Direito de superfície, p. 129
 Direito ao uso de títulos, p. 123
 Direitos absolutos, p. 123
 Direitos de família, p. 129
 Direitos patrimoniais, p. 123
 Direitos de personalidade, p. 123
 Direitos pessoais, p. 123
 Direitos privados, p. 123
 Direitos reais, p. 129
 Direitos reais de garantia, p. 129
 Direitos reais limitados, p. 129
 Direitos relativos, p. 123
 Disponibilidade, p. 125
 Dissenso, p. 125
 Dívidas dos cônjuges, p. 130
 Divórcio, p. 130
 Doação, p. 128
 Doações para casamento, p. 130
 Doações entre cônjuges, p. 130
 Doações dos esposados a terceiros, p. 130
 Documento, p. 126
 Doenças profissionais, p. 127
 Dolo (vício da vontade), p. 125
 Domicílio, p. 123
 Eficácia do negócio, p. 124
 Emancipação, p. 123
 Emparcelamento, p. 129
 Empreitada, p. 128
 Empréstimo, p. 128
 Encargos da herança, p. 130
 Enfitéuse, p. 129
 Enriquecimento sem causa, p. 127
 Entes não personalizados, p. 124
 Erro, p. 125
 Escritos confidenciais, p. 123
 Estado civil, p. 123
 Estado de necessidade (direito civil), p. 126
 Estado de necessidade. — Vid. também *Negócios unerários*
 Evicção, p. 128
 Excepção de não cumprimento, p. 127
 Execução (regime civil), p. 128
 Execução específica, p. 128
 Expectativa jurídica, p. 123
 Expromissão, p. 128
 Expropriações, p. 129
 Extinção de direitos, p. 123
 Extinção das obrigações, p. 128
 Facto constitutivo de responsabilidade, p. 127
 Facto ilícito, p. 127
 Facto jurídico, p. 124
 Factos sucessórios, p. 131
 Faculdades jurídicas, p. 123
 Falência, p. 125
 Falta e vícios da vontade, p. 125
 Família, p. 129
 Fiança, p. 128
 Fideicomisso, p. 131
 Filiação, p. 130
 Filiação ilegítima, p. 130
 Filiação legítima, p. 130
 Firma, p. 131
 Forma do testamento, p. 131
 Formação do contrato, p. 125
 Formação do negócio, p. 125
 Forma voluntária, p. 125
 Formalidades do casamento, p. 000
 Formalismo negocial, p. 000
 Forcemento. — Vid. *Contrato de fornecimento*
 Fraccionamento da propriedade rústica, p. 129
 Fraude à lei, p. 125
 Frutos, p. 124
 Fundações, p. 123
 Garantia das obrigações, p. 128
 Garantias especiais das obrigações, p. 128

- Gestão de negócios, p. 127
 Habitação. — Vid. Uso e habitação
 Herança, p. 130
 Herança jacente, p. 130
 Herança vaga, p. 130
 Hipoteca, p. 128
 Hipoteca legal, p. 128
 Ilegitimação ou ilegitimidade negocial. — Vid.
 Legitimação negocial 125
 Hospedagem, p. 128
 Impedimentos matrimoniais, p. 129
 Impossibilidade do cumprimento, p. 127
 Impossibilidade temporária, p. 127
 Imputabilidade (direito civil), p. 127
 Imputação do cumprimento, p. 127
 Imputação de liberalidades, p. 130
 Inabilitações, p. 123
 Inalienabilidades, p. 129
 Incapacidade, p. 123
 Incapacidade accidental, p. 123
 Incapacidade por anomalia psíquica, p. 123
 Incapacidade dos cegos, p. 123
 Incapacidade dos menores, p. 123
 Incapacidade natural, p. 123
 Incapacidade dos pródigos, p. 123
 Incapacidade dos surdos-mudos, p. 123
 Incapacidades conjugais, p. 129
 Indemnização de perdas e danos, p. 127
 Indisponibilidade testamentária, p. 131
 Ineficácia do negócio, p. 126
 Ineficácia do testamento, p. 131
 Inexistência do casamento, p. 129
 Inexistência do negócio, p. 126
 Inoficiosidade, p. 130
 Inoponibilidade do negócio, p. 126
 Insolvência civil, p. 125
 Integração do negócio, p. 125
 Interdições, p. 123
 Interpelação p. 127
 Interpretação do negócio, p. 125
 Interpretação do testamento, p. 131
 Invalidez do casamento, p. 129
 Invalidez do negócio, p. 126
 Invalidez do testamento. — Ineficácia do
 testamento
 Inventário, p. 130
 Investigação de maternidade, p. 130
 Investigação de paternidade, p. 120
 Irregularidade do negócio, p. 126
 Jogo, p. 128
 Juramento, p. 126
 Juros, p. 127
 Legado, p. 131
 Legado de coisa alheia, p. 131
 Legado em lugar da legítima, p. 130
 Legados pios, p. 131
 Legítima, p. 130
 Legítima defesa (direito civil), p. 126
 Legitimação, p. 130
 Legitimidade negocial, p. 125
 Lesão. — Vid. Negócios usuários
 Liquidação da herança, p. 130
 Locação, p. 128
 Lugar da prestação, p. 127
 Má fé, p. 123
 Mandato, p. 128
 Mandato sem representação, p. 128
 Marcas, p. 131
 Mera administração, p. 124
 Minas, p. 129
 Modelo industrial, p. 131
 Modelo de utilidade, p. 131
 Modificação de direitos, p. 123
 Modo, p. 126
 Mora do credor, p. 127
 Mora do devedor, p. 127
 Moral pública. — Vid. Negócio contra os
 bons costumes
 Morte, p. 130
 Motivo do negócio, p. 125
 Mulher, p. 129
 Mútuo, p. 128
 Não-cumprimento, p. 127
 Nascituros, p. 123
 Negócio contra os bons costumes, p. 125
 Negócio consigo mesmo, p. 125
 Negócio jurídico, p. 124
 Negócios abolutivos, p. 124
 Negócios abstractos, p. 124
 Negócios aleatórios, p. 124
 Negócios atípicos, p. 124
 Negócios concluídos em estado de necessidade
 — Vid. Negócios usuários
 Negócios contra a ordem pública, p. 125

- Negócios contra a ordem público. — Vid. também Negócio ilícito
- Negócios declaratórios, p. 124
- Negócios de disposição, p. 124
- Negócios fiduciários, p. 124
- Negócios gratuitos, p. 124
- Negócios ilícitos, p. 125
- Negócios indirectos, p. 124
- Negócios inter vivos, p. 124
- Negócios jurídicos: espécies, p. 124
- Negócios mistos, p. 124
- Negócios modificativos, p. 124
- Negócios mortis causa, p. 124
- Negócios onerosos, p. 124
- Negócios parciários, p. 124
- Negócios patrimoniais, p. 124
- Negócios *per relationem*, p. 124
- Negócios pessoais, p. 124
- Negócios reais, p. 124
- Negócios típicos, p. 124
- Negócios unilaterais, p. 124
- Negócios usurários, p. 125
- Nome e insígnia, p. 131
- Notariado, p. 131
- Novação, p. 128
- Nulidade. — Vid. Invalidez negocial
- Núncio, p. 125
- Objecto de direitos, p. 124
- Objecto negocial, p. 125
- Obrigaçào, p. 126
- Obrigaçào de apresentação de coisas ou documentos, p. 127
- Obrigaçào de informação, p. 127
- Obrigações alternativas, p. 127
- Obrigações cumulativas, p. 127
- Obrigações facultativas, p. 127
- Obrigações facultativas. — Vid. também Obrigações alternativas e facultativas
- Obrigações: fontes, p. 127
- Obrigações genéricas, p. 127
- Obrigações ilíquidas, p. 127
- Obrigações indivisíveis, p. 127
- Obrigações de meios e de resultado, p. 127
- Obrigações: modalidades, p. 126
- Obrigações naturais, p. 126
- Obrigações negativas, p. 127
- Obrigações pecuniárias, p. 127
- Obrigações plurais, p. 127
- Obrigações reais, p. 126
- Obrigações solidárias, p. 127
- Obrigações de sujeito indeterminado, p. 126
- Obrigações valutárias, p. 127
- Ocupação, p. 129
- Ónus jurídico, p. 123
- Ónus da prova, p. 126
- Ónus reais, p. 126
- Ónus reais. — Vid. também Obrigações reais e ónus reais
- Pacto comissório, p. 128
- Pacto de preferência, p. 127
- Pactos sucessórios, p. 131
- Parceria pecuniária, p. 128
- Parceria rural. — Vid. Contrato de sociedade (civil)
- Parentesco, p. 129
- Partilha da herança, p. 130
- Patente de invenção, p. 131
- Património, p. 124
- Património autónomo, p. 124
- Património colectivo, p. 124
- Penhor, p. 128
- Penhora, p. 128
- Perfilhação, p. 130
- Personalidade jurídica, p. 123
- Personalidade jurídica. — Vid. também capacidade jurídica
- Pertenças, p. 124
- Pesca, p. 129
- Pessoas colectivas, p. 123
- Pessoas singulares, p. 123
- Petição da herança, p. 130
- Poder paternal, p. 130
- Posse, p. 129
- Prazos, p. 126
- Prescrição extintiva, p. 126
- Prestação, p. 126
- Presunções, p. 126
- Privilégios creditórios, p. 128
- Procuração, p. 125
- Promessa de casamento, p. 129
- Promessa de compra e venda, p. 127
- Promessa de facto de outrem, p. 127
- Promessa ao público, p. 126
- Promessa unilateral, p. 127

- Propriedade comercial e industrial. — Vid. Direitos intelectuais
- Propriedade. — Vid. Direito de propriedade
- Propriedade horizontal, p. 129
- Propriedade de imóveis, p. 129
- Propriedade industrial, p. 131
- Propriedade intelectual, p. 131
- Propriedade literária, científica e artística, p. 131
- Propriedade literária, científica e artística. — Vid. também Direitos intelectuais
- Propriedade resolúvel, p. 129
- Prova por apresentação de coisas, p. 126
- Prova documental, p. 126
- Prova por inspecção, p. 126
- Prova pericial, p. 126
- Prova testemunhal, p. 126
- Provas, p. 126
- Pseudónimo, p. 123
- Publicidade, p. 131
- Ratificação. — Vid. Representação sem poderes
- Ratificação do negócio, p. 126
- Recompensas, p. 131
- Redução do negócio, p. 126
- Regime de bens do casamento, p. 130
- Regime dotal, p. 130
- Regime da separação, p. 130
- Registo civil, p. 131
- Registo predial, p. 131
- Reivindicação, p. 129
- Relação jurídica, p. 123
- Relações contratuais de facto, p. 124
- Remissão, p. 128
- Renda (arrendamento), p. 128
- Renda perpétua, p. 128
- Renda vitalícia, p. 128
- Renovação do negócio, p. 126
- Renúncia, p. 124
- Representação, p. 125
- Representação legal, p. 125
- Representação sem poderes, p. 125
- Representação voluntária, p. 111
- Repúdio da herança, p. 130
- Res derelictae, p. 124
- Rescisão. — Vid. Ineficácia negocial
- Res nullius, p. 124
- Reserva mental, p. 125
- Residência, p. 123
- Resolução. — Vid. Inefácia negocial
- Resolução do negócio, p. 126
- Responsabilidade civil, p. 127
- Responsabilidade civil por acidentes de trabalho, p. 127
- Responsabilidade civil por acidentes de viação, p. 127
- Responsabilidade civil conexa com a criminal, p. 127
- Responsabilidade civil de entes públicos, p. 127
- Responsabilidade civil do Estado, p. 127
- Responsabilidade contratual, p. 127
- Responsabilidade extra contratual, p. 127
- Responsabilidade por facto lícito, p. 127
- Responsabilidade civil por facto de outrem, p. 127
- Responsabilidade objectiva, p. 127
- Responsabilidade pré-negocial, p. 127
- Responsabilidade profissional, p. 127
- Revogação do negócio, p. 126
- Revogação do negócio jurídico. — Vid. Ineficácia negocial
- Revogação do testamento. — Vid. Ineficácia do testamento
- Risco nas obrigações, p. 127
- Segundas núpcias, p. 130
- Separação de pessoas e bens, p. 130
- Servidão de aqueduto, p. 129
- Servidão de escoamento, p. 129
- Servidão de passagem, p. 129
- Servidão de presa, p. 129
- Servidões, p. 129
- Silêncio, p. 125
- Simple separação de bens, p. 130
- Simulação, p. 125
- Sinal, p. 127
- Sociedades civis, p. 128
- Sociedades entre cônjuges, p. 130
- Subcontrato, p. 124
- Sublocação, p. 128
- Sub-rogação, p. 128
- Sub-rogação real, p. 129
- Substituição pupilar, p. 131
- Substituição quase pupilar, p. 131
- Substituição vulgar, p. 131

- Sucessão dos ascendentes, p. 130
Sucessão dos colaterais, p. 130
Sucessão do cônjuge sobrevivente, p. 130
Sucessão dos descendentes, p. 130
Sucessão do Estado, p. 130
Sucessão dos irmãos e sobrinhos, p. 130
Sucessão legítima, p. 130
Sucessão legitimária, p. 130
Sucessão *mortis causa*, p. 130
Sucessões, p. 130
Supervivência contratual. — Vid. Pressuposição
Tempo, p. 126
Tempo da prestação, p. 127
Terceiros, p. 123
Termo, p. 126
Testamentaria, p. 131
Testamentaria. — Vid. também Execução do testamento
Testamento, p. 131
Testamento: cláusulas acessórias, p. 131
Testamento: falta e vícios da vontade, p. 131
Títulos de crédito, p. 127
Transacção, p. 128
Transmissão de créditos, p. 128
Transmissão de dívidas, p. 128
Transporte. — Vid. contrato de transporte
Troca, p. 128
Tutela, p. 123
Tutela e curatela. — Vid. Incapacidade
União de negócios, p. 124
Universalidade, p. 124
Uso e habitação, p. 129
Usucapião, p. 129
Usufruto, p. 129
Usura. — Vid. Negócios usurários
Venda de coisa alheia, p. 128
Venda de coisa futura, p. 128
Venda com reserva de propriedade, p. 128
Venda executiva, p. 128
Venda a prestações, p. 128
Venda a retro, p. 128
Vendas entre cônjuges, p. 130
Vícios redibitórios, p. 125
Vocação e devolução sucessórias, p. 130